

ALAVANCA 40^h NO ANIVERSÁRIO!

O plenário da CGTP-IN de 17 de Dezembro defendeu uma grande mobilização de todo o movimento sindical em torno das propostas e reivindicações apresentadas ao Governo e ao patronato. Esse é o caminho para contrariar os propósitos de contenção salarial alimentados por aqueles.

Os trabalhadores portugueses devem exigir respostas concretas em matéria de aumento dos salários reais e actualização do salário mínimo para 55 000 escudos, de aumento das pensões, abonos e subsídios da segurança social, de garantia do direito ao trabalho e da estabilidade do emprego, de redução dos horários de trabalho, de desagravamento da carga fiscal, de melhorias efectivas na política de saúde e de respeito pelo exercício dos direitos de quem trabalha por conta doutrem.

O crescendo da luta dos trabalhadores é a consequência lógica da política de afrontamento e de carácter anti-social escolhida pelo Governo e pelo patronato.

A nossa resposta não pode ser outra: reforçar o esclarecimento, a mobilização e a luta, porque lutar vale sempre a pena.

A eficácia da nossa acção será maior se conjugarmos os nossos protestos e lutas com a preparação do VII Congresso.

O GOVERNO ESCOLHE AFRONTAMENTO

RESPOSTA DOS TRABALHADORES SERÁ VIGOROSA



EDITORIAL

1993 — Ano
de Congresso
e de luta

1993, ano do 7.º Congresso da CGTP-IN, tem de ser ano de grande coesão e unidade, dos trabalhadores e de muita, mesmo muita, luta. O Governo e o patronato apostam decididamente na confrontação com os trabalhadores.

Ainda Cavaco Silva não tinha acabado de fazer a digestão do champanhe que bebeu no final da Cimeira de Edimburgo, quando, em antecipação ao Pai Natal, anunciou que iria colocar no sapatinho dos trabalhadores a contenção dos salários, a flexibilização das leis laborais, mais despedimentos e mais disponíveis na Administração Pública, enfim, mais sacrifícios para os portugueses.

Para não se pensar que era uma brincadeira, o Governo tratou de passar das palavras aos actos e anunciou aumentos de 5 e 3,5%, para a maioria dos trabalhadores da Administração Pública.

Sobre as propostas apresentadas para 1993 pela CGTP-IN no que se refere aos salários mínimos, pensões, subsídios e abonos da segurança social, horário de trabalho, política de saúde, política fiscal e direitos dos trabalhadores, o Governo nada disse.

Ora isto é uma atitude inaceitável.

Apesar dos aumentos dos fundos comunitários, aprovados em Edimburgo, o que faculta meios financeiros importantes, não se vislumbram medidas que visem a modernização do aparelho produtivo nem a aproximação do nível de vida dos portugueses aos níveis médios europeus.

O Governo não dialoga, não negocia.

Perante estas atitudes desajustadas e de grande afrontamento, temos de dinamizar a acção reivindicativa e o exercício da negociação colectiva e naturalmente intensificar a luta nos locais de trabalho e nos sectores de actividade.

Manuel Lopes

7.º CONGRESSO
CGTP

SUPLEMENTO ESPECIAL

SINTESE
PROJECTO DO PROGRAMA DE ACÇÃO
1993-1997

BREVES

FGTB veio a Portugal



Uma delegação da Federação Geral do Trabalho da Bélgica (FGTB) visitou oficialmente Portugal, a convite da CGTP-INT, entre 14 e 16 de Novembro. Foi uma delegação ao mais alto nível, composta por François Janssens, presidente, e Mia de Wits, secretária geral. Nos encontros de trabalho efectuados, com a direcção da CGTP-INT, foram abordadas a situação social, económica e política da Bélgica e Portugal, o trabalho sindical nos dois países e a acção das duas organizações sindicais e a situação internacional, com um relevo particular para as questões comunitárias, a acção da Confederação Europeia de Sindicatos e a futura adesão da CGTP-INT a esta estrutura sindical.

Ambas as partes manifestaram a convicção de que estes encontros permitiram reforçar a cooperação e perspetivar o desenvolvimento futuro das suas relações bilaterais e do seu trabalho sindical a nível europeu.

Liberdade para Noubir Anaoui

A CGTP-INT fez-se representar por José Manuel Carinhas, chefe do Departamento de Relações Internacionais, no acto de solidariedade realizado em Barcelona no dia 11 de Dezembro a favor de Noubir Anaoui, secretário geral da Confederação Democrática do Trabalho de Marrocos, detido e julgado por "injúrias e difamação" ao Governo e posteriormente confinado a dois anos de prisão.

Esta acção de solidariedade foi promovida pelas Comissões Operárias e contou com a presença de representantes de diversas organizações sindicais e personalidades que desta forma repudiarão este atentado à liberdade de expressão e se manifestaram em defesa da liberdade dos que se empenham e distinguem na luta em favor dos trabalhadores e dos valores democráticos.

Contra o bloqueio a Cuba

A CGTP-INT enviou uma carta a Butros-Ghali, Secretário Geral das Nações Unidas, condenando o bloqueio económico que Cuba tem vindo a sofrer. É-lo no dia 24 de Novembro, data em que a Assembleia Geral da Organização Mundial discutiu um novo projecto de rejeição daquela forma de pressão intolerável e sem precedentes na história das relações internacionais.

Na carta afirma-se, designadamente, que "é um facto demonstrado que Cuba tem vindo a sofrer, desde o início da sua Revolução e há mais de 30 anos, um intenso e constante bloqueio económico, por parte de diversos países e muito em particular dos Estados Unidos da América, bloqueio esse que tem criado enormes dificuldades ao povo deste país".

"Este bloqueio, que viola as mais elementares normas do direito internacional, poderá agora ser agravado na sequência da aprovação da chamada "Lei Torricelli" pela administração americana que visa tornar mais dura a situação da população de Cuba".

Recomendação da CE sobre formação

"A qualificação profissional e a motivação da mão-de-obra são as pedras angulares da competitividade da economia europeia numa cada vez maior competição mundial", afirmou Vasso Papanicolas, Comissário Europeu para os Assuntos Sociais, ao apresentar o projecto de recomendação relativo ao acesso à formação contínua dos trabalhadores.

Este projecto pretende trazer a resposta da Comunidade e uma estratégia desde há muito experimentada pelos parceiros mundiais. Com efeito, no Japão, 80 por cento das empresas fornecem formação aos seus trabalhadores, enquanto nos Estados Unidos a formação contínua é tida como uma prioridade para o relançamento do mercado de trabalho.

O projecto aconselha a que se dedique uma atenção particular à formação de alguns grupos sociais, cujo acesso a formação se revela mais limitado: trabalhadores menos qualificados, deficientes, mulheres, desempregados, sobretudo os de longa duração, e jovens. De acordo com o princípio da subsidiariedade, o documento da Comissão estabelece um quadro de medidas que permitam que qualquer trabalhador tenha acesso efectivo e o mais amplo possível à formação profissional contínua.

ALAVANCA

FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenação de Edição: Hermínio Fernandes; Redacção: Júlio Cardoso, Manuela Monteiro, Helena Policarpo e Gonçalves André; Fotografia: João Silva; Grafismo e Maquetagem: Cristina Albuquerque e Rui Pereira; Cartoons: Matos Serra; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiragem: 66 700 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Héska Portuguesa, SA; Depósito Legal: 43077/91; Morada: R. Vitor Cordeiro, N.º 25 - 1204 Lisboa Codex; Telef.: 347 21 81 - Fax: 347 21 89 - Telex: 13672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USL), Vieira Mendes (USS), Humberto Costa (HSTFP), Manuel Pisco (MSS), Horácio Marcelino (FSPICOP) Maria Augusta (SCEP).

MULHERES

E se a lei também fosse para a baixa?

No dia 1 de Dezembro passado, entrou em vigor o decreto-lei 236/92, de 27 de Outubro, que cria nos centros regionais de Segurança Social o Serviço de Verificação de Incapacidades Temporárias (SVIT) que tem como objectivo controlar, através de comissões de verificação e de reavaliação, se as "baixas" são realmente "baixas" por doença ou um aproveitamento desse processo para outros fins.

No Preamblelo do referido decreto-lei diz-se, a determinação do passo "o crescente e preocupante volume, em termos físicos e financeiros, das situações de incapacidade para o trabalho no âmbito dos regimes de Segurança Social aconselham a que se proceda a um alargamento daquela articulação (entre os serviços de Saúde e Segurança Social), tendo em vista uma maior intervenção (o leia-se: controlo) das instituições de Segurança Social".

Todos sabemos que a "baixa" é uma realidade bastante acentuada em numerosas empresas e sectores, mais numas que nou-

tras e mais em alguns sectores que outros.

Ora, um Governo para o qual o social fosse considerado parte integrante da sua política preocupar-se-ia com as causas de tais situações e não apenas com o controlo e as respectivas sanções caso as "baixas" não sejam realmente por doença.

Era interessante que pudéssemos verificar em que sectores e empresas, em que regiões se constata maior número de situações de "baixa". E não seria difícil chegar a algumas conclusões bastante elucidativas da complexidade deste problema que se não pode, nem deve, resolver por simples decreto.

Trabalhadores/a a trabalhar 43 e mais horas por semana, com salários próximos do mínimo, que muitas vezes é pago com atraso (quando lhes é pago), com despesas diárias fixas em transportes, amas-ou infantários...

Trabalhadores/as que se vêem impedidos de trabalhar quando se atrasam cinco minutos; trabalhadoras que vêem o seu prémio de produção e/ou o subsídio de alimentação cortado (embora ilegal, muitas

empresas fazem-no) por exercerem os seus direitos de maternidade...

Trabalhadores, homem e mulher, que trabalham na mesma empresa de sectores em reconstrução, que o mesmo é dizer com o "curelo suspenso sobre as suas cabeças"...

Esta lei precisa de "baixa" ad aeternum

Quem se poderá admirar que muitas e muitos trabalhadores, nestas circunstâncias, fiquem realmente doentes e que alguns outros vejam na "baixa" o único recurso para subsistir?

É que há muitas situações nas quais não há leis que lhes valham.

E não são miragens no oásis do Governo. São realidades bem palpáveis para quem conhece e vive no país real.

Há que moralizar, diz o Governo.

Não fora a incoerente e cada vez pior política do Governo em matéria de prevenção e saúde; não fora o inexplícito atraso na regulamentação de lei

em matéria de Higiene, Segurança e Saúde nos locais de trabalho; não fora a "fraqueza" da política no combate às dividas do patronato à Segurança Social; não fora a leitura mercantil que se faz da iniciativa privada onde a função social das empresas e as suas respectivas responsabilidades ficam dependentes das leis "reguladoras do mercado"; não fora, enfim, a incapacidade demonstrada em equacionar o social dentro e como parte integrante de uma verdadeira política de desenvolvimento, e a palavra "moralizar" bem como as medidas para tal poderiam ter significado e acção.

Assim não. A chamada lei das "baixas" não é mais que uma medida persecutória dos trabalhadores e reveladora de uma inqualificável suspeição da actuação dos médicos, entre eles, os médicos de família.

Esta lei não precisa de "verificação e/ou reavaliação" para se perceber que a sua "baixa" terá de ser muito prolongada.

Helena Policarpo

INTER-REFORMADOS



Ainda o miserável aumento das pensões

Ao aumentar recentemente as pensões em valores situados entre 6,5 e 8,3 por cento, o Governo afirmou que pretendia, assim, melhorar a situação dos mais desfavorecidos. Será que é mesmo melhorar a situação dos mais desfavorecidos fazer aumentos de 6330 escudos/dia para as pensões mínimas do regime geral que abrangem cerca de 750 mil pensionistas; de 4380/dia para as pensões mínimas do regime dos agrícolas que abrangem cerca de 560 mil pensionistas; de 33560/dia para as pensões sociais ou equiparadas que abrangem cerca de 750 mil pensionistas?

Também os pensionistas da Função Pública estão ameaçados de aumentos de 5 por cento...

A verdade é que estes aumentos ficam bem longe do que vem sendo reivindicado pelo MURPI e pela Inter-reforma-

dos, isto é, e a aproximação progressiva das pensões mínimas ao salário mínimo nacional.

Uns e os outros

Entretanto, entre os deputados do PSD e mesmo do PS, já começou a falar-se abertamente na necessidade de aumentar substancialmente os vencimentos dos políticos, alegando-se a dignificação dos respectivos cargos, o combate à corrupção e a aproximação aos vencimentos dos outros países da Comunidade Europeia.

Será que em Portugal só os senhores deputados é que têm direito à dignidade? E que dizer do desfasamento entre os valores das pensões mínimas entre Portugal e os outros países da CE?

No início de 1992, esses valores eram de:

França..... 115 contos/mês
Espanha..... 70 contos/mês
Grécia..... 65 contos/mês
Portugal.... 22,5 contos/mês

Se tivéssemos em conta que os deputados ao Parlamento Europeu, que são melhor remunerados, ganham cerca de 2 mil contos, os nossos deputados, desconatadas as vituosas alcavalas, ganham cerca de um quarto daquele montante.

Em comparação, a pensão mínima em Portugal é menos de um sexto da da Holanda.

Quer isto dizer que o valor da pensão mínima dos pensionistas portugueses é que necessita de ser revalorizado, e não os vencimentos dos senhores deputados.

Isto para não falar da imoralidade do direito aos subsídios viliciosos de repasse usufruídos pelos senhores deputados ao fim de oito anos de actividade... Ou ainda dos chorudos subsídios de reintegração quan-

do deixam de exercer o cargo, mesmo que regressem ao emprego anterior!

Por outro lado, as promessas feitas pelo PSD na última campanha eleitoral de melhorar os transportes e as habitações dos reformados não passaram de promessas, já que a contribuição do Orçamento do Estado para a habitação social é de zero por cento, enquanto os valores das rendas de casa sobem de 8 para 12 por cento (para as mais antigas, precisamente onde vivem milhares de pensionistas) e os reformados continuam a ser discriminados na utilização dos transportes públicos.

Assim, ao mesmo tempo que endequeamos a todos os pensionistas os nossos votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo, lembremos-lhes que só o empenhamento nos processos reivindicativos dos seus sindicatos pode contribuir para melhorar a sua situação.

Orçamento da Segurança Social para 1993

Fichas de Leitura

1. A Segurança Social como "almofada" para os despedimentos

O orçamento da Segurança Social revela défices quer verificados (1992) quer previstos (1993). O desequilíbrio nas contas de 1992 é justificação invocada pelo Governo para apresentar cortes nalgumas despesas em 1993: subsídio de doença e subsídio de desemprego. Porque?

As despesas com estas prestações aumentaram fortemente nos últimos anos. É antinómico que a despesa com o subsídio de desemprego duplique num período em que o Governo diz... não existir desemprego. alguma coisa parece não bater certo.

A justificação social são os abusos no acesso a estas prestações. Logo, propõem-se medidas "moralizadoras". A verdade é que esta situação traduz dificuldades da economia real e o facto de a Segurança Social estar a ser utilizada como meio de apoio às empresas para efectuarem despedimentos. Afinal, o (segundo) desemprego mostra que o trabalho fora nos custos da Segurança Social.

Os subsídios de doença e de desemprego estão pois a funcionar como almofadas para o desemprego. Será que o Governo acha que pode prescindir dessa almofada precisamente em 1993, quando se prevê a intensificação dos despedimentos?

2. Recetas:

que aumentos salariais?

A previsão das receitas dá boas indicações sobre o crescimento previsto para os salários, se atendermos a que a sua base são as contribuições e estas dependem dos salários. Além disso, não é previsto o aumento do emprego em 1993.

As receitas previstas com contribuições ascendem a 1071,5 milhões de contos, o que representa um crescimento de 10,9 por cento. A conclusão é óbvia: fora da concentração, onde procura impor a presença salarial, o Governo tem presente uma evolução mais realista dos salários.

3. Despesas: quais as opções?

O quadro 1 é transparente sobre as opções tomadas. O Governo privilegia as despesas com a acção social (crescimento de 9 por cento), o que constitui um elemento de privatização do sistema, já que a acção social está, no fundamental, privatizada. As despesas com as prestações sobem 5,5 por cento, o que representa um decréscimo em termos reais, já que com a inflação prevista pelo Governo é de 6 por cento. Persiste-se numa acentuada redução das despesas com o pessoal.

O aumento das despesas com as prestações é bastante diferenciado. Os subsídios de doença e de desemprego sofrem uma quebra acentuada de 8,3 por cento e de 7,5 por cento respectivamente. O abono de família sobe 6 por cento.

Quanto às pensões (quadro 2), os aumentos situam-se entre 8,3 por cento (pensão mínima do regime geral) e 6,5 por cento (outras pensões).

4. Que financiamento da segurança social?

A verba transferida pelo Governo para financiamento da Segurança Social é de 96 milhões de contos, o que representa 8,1 por cento das despesas correntes.

O Estado aumenta a sua participação face a 1991 (7,1 por cento), mas a questão está em saber se é do cumprimento às obrigações de financiamento pelo Estado de certas despesas e regimes da Segurança Social.

regime não contributivo, acção social, défice do regime de ferroviários, etc. Tal não acontece, bastando ter em conta que só a acção social representa uma despesa de 70 milhões de contos e que o regime não contributivo custou em 1991 cerca de 44 milhões de contos. A situação é ainda mais grave pelo facto de não existir qualquer contribuição para regimes quase não contributivos, como o dos agrícolas (esta despesa, em 1990, ultrapassou os 100 milhões de contos).

5. Ainda o financiamento: Segurança Social ao serviço das empresas?

A Segurança Social tem sido chamada a financiar cada vez mais a política de emprego, as reestruturações económicas e a formação profissional. Disso é reflexo a evolução do subsídio de doença e de desemprego. A Segurança Social está a financiar apoios ao emprego como os respeitantes ao primeiro emprego de jovens, através de isenção de contribuições, que abrangem já um elevado número de empresas e de trabalhadores. Financia também por via das dividas de contribuições, que voltam a crescer, e que depois ou não são pagas ou são pagas mas sem juros.

Na verdade, os dados indicam um agravamento da dívida em 1991. O valor em 31 de Dezembro era superior a 240 milhões de contos, em termos brutos (sem saldos credores), e no primeiro trimestre deste ano ultrapassava os 250 milhões, sem incluir juros.

Fernando Marques GES

Quadro 1
variações das despesas correntes (%)

	93/92	92/91	91/90
Prestações	5,5	15,8	21,9
Ação social	9,0	22,8	29,2
Administração	-4,9	12,8	16,3
Despesas correntes	6,1	13,2	22,2

Fonte: Orçamento de Estado

Quadro 2
Valores das pensões

TIPO DE PENSÕES	DEZ. 92 escudos	DEZ.91 escudos	%
I. REGIME GERAL			
Pensão mínima	24700	22800	8,3
Invalidez e velhice	3820	3600	6,1
Compl. cônjuge a cargo	8800	8300	6,0
Suplem. grande invalidez	5300	5000	6,0
Invalidez e velhice			
Sobrevivência			
II. AGRÍCOLAS			
Pensão mínima	17600	16300	8,0
Invalidez e velhice	3820	3600	6,1
Compl. cônjuge a cargo	7420	7000	6,0
Invalidez e velhice	5300	5000	6,0
Sobrevivência			
III. REG. NÃO CONTRIBUTIVO			
Pensão mínima	15700	14600	7,5
Invalidez e velhice	3820	3600	6,1
Compl. cônjuge a cargo	7420	7000	6,0
Suplem. grande invalidez	5300	5000	6,0
Invalidez e velhice			
Sobrevivência			

Quadro 3
Contribuições em dívida à Segurança Social

Saldo em 31 de Dezembro	milhões de contos	Varição (%)
1992	251,5	10,0
1991	242,1	14,7
1990	211,0	8,5

Fonte: MESS, Contas da Segurança Social e Contribuições

A desvalorização do escudo representa a derrota do governo

A desvalorização do escudo representa uma clara derrota política para o Governo que, contra tudo e contra todos, vinha defendendo a tese de que a boa situação económica não justificava uma tal medida.

Esta é a opinião da CGTPI-IN, coincidente, aliás, com a opinião da grande maioria dos portugueses.

Dias antes do anúncio da desvalorização, o ministro das Finanças declarava, em bom som, na Assembleia da República: "as desvalorizações cambiais têm coincidido com crise da economia e da sociedade", representam provas de impotência de governos incapazes de conceber, apresentar e executar um programa credível".

Não seria de esperar que uma crítica tão contundente viesse

do interior do próprio Governo.

Na apreciação que a CGTPI-IN faz, a desvalorização do escudo põe em causa os pressupostos em que foi elaborado o Orçamento do Estado, tornando ainda menos credível a taxa de inflação prevista pelo Governo.

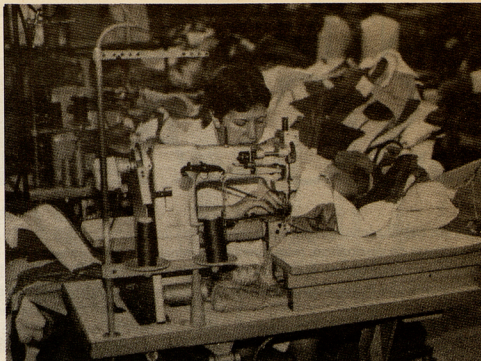
O Governo procura fazer pagar os custos de uma errada política cambial aos trabalhadores, procurando apertar ainda mais o crescimento dos salários. A CGTPI-IN chama a atenção para o facto de o Governo ter vindo a apresentar números que são sobreavaliados os aumentos salariais com a intenção manifesta de preparar a contenção e mesmo a redução dos salários reais.

Estes dados são desmentidos pelo próprio Banco de Portugal que calcula os aumentos salariais contratuais em 10,7 por

cento no período de Janeiro a Agosto deste ano, o que representa um ligeiro aumento do poder de compra, já que a inflação, em Agosto, estava em 9,1 por cento.

A CGTPI-IN considera que este ligeiro aumento dos salários reais não pode ser invocado para justificar a eventual perda de competitividade das empresas portuguesas, já que esta mesma tendência se verifica também nos outros países.

É o próprio INE que, no relatório de conjuntura de Outubro de 1992, chega à mesma conclusão. "O comportamento dos salários poderá não ter, só por si, afectado a competitividade das empresas portuguesas, uma vez que na generalidade dos países industrializados se vem assistindo a uma tendência semelhante por parte dos salários", diz aquele relatório.



A Nódoa

Costuma dizer-se que no melhor pano cai a nódoa. Não é o caso. O pano não é de grande qualidade. E a nódoa, mesmo caindo no melhor pano, não incomoda quando o portador da mesma se encontra no recato de sua casa, está entre os seus.

Também não é caso. A nódoa - que aborrecimento! - foi descoberta pelos outros, pelos de fora...

Se, ao menos, fossem os longínquos asiáticos a dar por ela, ainda vi que não vi. Mas não. Logo haviam de ser os nossos parceiros, os nossos vizinhos da Europa...

Vai daí, resolveu criar um grupo de trabalho informal para mudar a imagem externa do país. Edificamente! Não o preocupa que o trabalho infantil continue a proliferar impunemente, tornando mais desumana a miséria que o povo na carne sente. Não anuncia nenhuma medida concreta para acabar com a vergonhosa

do Governo. "Portugal é a pátria do trabalho infantil", disse-se num programa transmitido pela televisão daquele país. A nódoa ali estava, mostrada em toda a sua extensão.

Recentemente, o Canal 4 da televisão inglesa voltou a apontar o dedo à miséria.

O governo não gostou. Irritou-se mesmo, segundo informou o semanário "Expresso".

Não porque a nódoa já tivesse sido removida mas porque a sua imagem continuava manchada perante a opinião pública europeia.

Vai daí, resolveu criar um grupo de trabalho informal para mudar a imagem externa do país. Edificamente! Não o preocupa que o trabalho infantil continue a proliferar impunemente, tornando mais desumana a miséria que o povo na carne sente. Não anuncia nenhuma medida concreta para acabar com a vergonhosa

nódoa. Prefere escudar-se na arrogância, proclamando a sua rejeição de lições vindas de fora. Internamente, lava as mãos na hipocrisia, atirando para cima dos outros as culpas que só a si cabem. Só o preocupa uma coisa: esconder a nódoa, através de propaganda enganosa, na convicção de que, quando a realidade não é favorável, mascara-se essa mesma realidade para que condiga com a imagem que se quer dar.

Acontece, porém, que essa nódoa não é daquelas que se possam facilmente disfarçar. Um lençol de crude preenchendo todo o estuário do Tejo não custaria tanto a tapar.

E por essa e por outras que a Europa só tem um adjetivo para qualificar o comportamento do Governo português neste campo: irresponsável. Uma nódoa, substantivamos nós.

CONTRA A POLÍTICA ANTI-SOCIAL DO GOVERNO ALAVANCA, MO

"A luta dos trabalhadores, nos próximos tempos, terá de ser permanente e determinada em torno da contratação colectiva por melhores salários, contra o encerramento de empresas e o desemprego, pelos direitos individuais e colectivos", concluiu o Plenário da CGTP-IN que se realizou no passado dia 17 de Dezembro, em Lisboa. Terá que ser assim porque a política anti-social que o Governo tem seguido "é desajustada das necessidades reais do desenvolvimento económico e social do país". O Governo optou pelo afrontamento aos trabalhadores. A resposta destes terá que ser vigorosa e preferencialmente concertada. As lutas e protestos convergentes surtem melhores resultados.

"É necessário e possível dar uma resposta à medida da ofensiva que o Governo e o patronato desencadearam contra os trabalhadores". Esta é a mensagem fulcral a extrair da Resolução que foi aprovada pelo Plenário e que aqui transcrevemos, na íntegra mas com títulos e sublinhados da responsabilidade da redacção.

Em sintonia com o patronato

O Governo, através do Ministro das Finanças, ao dar por encerrado o processo de negociação que decorria na CPSC do Conselho Económico e Social, assumiu a sua ruptura, optando por uma política de afrontamento para com os trabalhadores e os seus sindicatos.

"Esta opção, que foi concretizada em clara sintonia com os objectivos do patronato, visa impor a contenção salarial.

O Governo assume esta posição num quadro em que:

A - O Orçamento de Estado para 1993 visa diminuir a função social do Estado, nada faz para alargar a enorme injustiça

que caracteriza o sistema fiscal e tenta diminuir o défice orçamental à custa da redução real dos salários da Administração Pública e da redução dos postos de trabalho ("Lei dos Disponíveis").

B - As actualizações salariais para a Administração Pública, embora sejam apresentadas como sendo de 5 por cento - valor já de si inaceitável - significam, para cerca de 300 mil trabalhadores, aumentos de apenas 3 por cento, dado que não se aplicam sobre os 2 por cento adicionais deste ano. Estes aumentos salariais, a concretizarem-se, significam a redução dos salários reais dos trabalhadores, dado que nem

sequer representam metade da inflação prevista para 1992 (9 a 10 por cento).

C - Se verifica a sistemática fuga ao diálogo e negociação, com completa ausência de resposta às propostas e reivindicações da CGTP-IN, não só sobre o crescimento dos salários, mas também no que se refere ao salário mínimo, pensões, subsídios e abonos da segurança social, horário de trabalho, política de saúde, política fiscal e direitos dos trabalhadores;

D - Aumenta o encerramento de empresas, total ou parcialmente e crescem os despedimentos, inclusive selectivos com que desarticulam a organização dos trabalhadores nas empresas.

"O Plenário saúda os trabalhadores em luta, com destaque para os da Administração Pública, exortando todos a prosseguirem, em unidade, a luta pela resolução dos seus problemas concretos e comuns.

A luta dos trabalhadores, nos tempos próximos, terá que

ser permanente e determinada em torno da contratação colectiva por melhores salários, contra o encerramento de empresas e o desemprego, pelos direitos individuais e colectivos.

"É preciso e possível articular e fazer convergir os inúmeros

protestos, lutas em curso e as que se perspectivam.

"É necessário e possível dar uma resposta à medida da ofensiva que o Governo e o patronato desencadearam contra os trabalhadores.

Plenário saúda trabalhadores em luta

Preparação do VII C

"Discussão dos documentos

- defende Américo Nunes, membro da Comissão Executiva e responsável pelo Departamento

A grande maratona do debate e da elaboração dos projectos de teses a apresentar ao VII Congresso entra, agora, numa nova e decisiva fase. Daqui até ao Congresso, a palavra cabe ao mundo do trabalho: dirigenes, delegados, activistas sindicais e trabalhadores em geral. Os anteprojectos que agora se publicam, em suplemento ao "Alavanca" de Dezembro, serão a base a partir da qual eles poderão, e deverão, enriquecer as propostas nos mesmos avançados. Só assim será possível encontrar as respostas que os novos desafios colocados exigem. Tudo vai mexer. Nenhum trabalhador poderá considerar-se dispensado de participar no empolgante processo que é a preparação de um congresso da CGTP-IN. E muito menos deste, como nos explica Américo Nunes, membro da Comissão Executiva e responsável do Departamento de Organização que integra, ao mesmo tempo, o Grupo Coordenador de redacção das teses.

Uma política anti-social

Os objectivos do Governo e do patronato inserem-se numa prática de política anti-social que vem sendo seguida e que se expressa, nomeadamente, na alteração da lei da greve, na imposição da arbitragem obrigatória, nas medidas adoptadas no campo da saúde e anunciadas para a segurança social, na decisão unilateral de fixar os novos valores das pensões de reforma, no agravamento dos custos das rendas de habitação em 8 por cento e de 12 por cento para as rendas antigas,

na falta de soluções minimamente aceitáveis para os aduaneiros, na ausência de medidas eficazes para acabar com o trabalho infantil.

"Neste contexto, a CGTP-IN rejeita e repudia veementemente a decisão da Cimeira de Edimburgo que apontou aos governos a orientação de "envidar esforços para obter contensão nos acordos salariais no sector público", entendendo que "as restrições salariais ajudarão a controlar as despesas governamentais correntes, contribuirão para as

necessárias melhorias na competitividade e para reduzir o emprego".

"Alis, esta política é comprovadamente responsável pela recessão económica na Europa, pelo desemprego, pelo aumento das desigualdades e da marginalização social, que tem provocado o descontentamento e forte contestação social, alimentando os nacionalismos, o racismo e a xenofobia.

Esta política é desajustada das necessidades reais do desenvolvimento económico e social do país.

Meios financeiros importantes

"Entretanto, a Cimeira de Edimburgo aprovou o Pacote Delors II que, apesar de muito limitado do que inicialmente previsto, facilita meios financeiros importantes para promover a necessária modernização do aparelho produtivo e permite a aproximação do nível de vida dos portugueses aos padrões médios comunitários.

Realçando a importância do aumento dos fundos comu-

nitários, a CGTP-IN considera, no entanto, que eles por si só não garantem a necessária modernização da vida económica e social do país. A CGTP-IN exige uma alteração na prática até agora utilizada na afectação e controlo dos fundos e reclama um amplo debate público sobre as linhas estratégicas da sua aplicação a nível nacional, regional e sectorial.

Confrontação é ilógica

"O aumento dos fundos comunitários reforça a justiça e realismo das reivindicações dos trabalhadores e torna mais lógi-

ca e inaceitável a política de confrontação social que, a ser levada à prática, apenas visa aumentar os lucros e a acumulação de

forma a garantir que eles venham a ter efeitos reais sobre a reestruturação e modernização do aparelho produtivo, a pôr fim a uma competitividade da nossa economia baseada nos baixos salários, a melhorar o nível de formação e qualificação dos trabalhadores portugueses. Um debate que permita o controlo democrático da gestão dos fundos.

capital, em prejuízo da melhoria da produtividade das empresas e da modernização e reestruturação do aparelho produtivo.

Ruptura e afrontamento exigem mobilização

"A opção do Governo de envolver na ruptura e afrontamento para com os trabalhadores e pelo prosseguimento de políticas restritivas e anti-sociais exige dos trabalhadores e de todo o movimento sindical uma intensa acção de mobilização em torno das propostas e reivindicações da CGTP-IN.

"Exige que se continue a redamar do patronato e do Governo respostas concretas para o aumento dos salários reais e a actualiza-

ção do salário mínimo para 55 contos, o aumento das pensões, abonos e subsídios da segurança social, a garantia do direito ao trabalho e da estabilidade do emprego, a redução dos horários de trabalho, o desagravamento da carga fiscal, melhorias efectivas na política de saúde, designadamente com a revogação do novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde e das taxas moderadoras, e o respeito pelo exercício dos direitos dos trabalhadores.

"Exige que, nos locais de trabalho, nas empresas e sectores de actividade, se dinamize a acção reivindicativa e o exercício da negociação colectiva, de forma articulada e com o máximo de envolvimento e participação dos trabalhadores.

"Exige a intensificação da dinâmica de luta que já se vem desenvolvendo de maneira que, de forma conjugada e convergente, travemos com êxito as pretensões do Governo e do patronato.

"Um congresso da CGTP-IN é sempre uma realização de grande importância, de grande impacto no país e, sobretudo, no mundo do trabalho". Foi nestes termos que Américo Nunes iniciou a conversa que conosco teve acerca dos anteprojectos que vão chegar às mãos dos trabalhadores, das novidades que contemplam e do modo como, em seu entender, deve ser feita a discussão para que dê frutos palpáveis.

A CGTP-IN encara este seu VII Congresso como "uma realização que permitirá ir mais longe na análise e no estudo das questões, sobretudo das que se relacionam com os trabalhadores portugueses". Isto sem esquecer, naturalmente, os problemas nacionais e internacionais.

"Este nosso Congresso realça-se num quadro de transformações e alterações fundamentais no plano económico e social, ocorridas desde há quatro anos no mundo, na Europa e também no nosso país". Para Américo Nunes, a mais importante dessas transformações foi o desaparecimento do sistema socialista, enquanto que o sistema social e económico global alternativo ao capitalismo. Por esse facto, o sistema capitalista ganhou novos fôlegos, "sem que, contudo, tenham surgido soluções adequadas aos objectivos de justiça social perseguidos pelos trabalhadores e pelos sindicatos".

Muitas novidades programáticas

Os documentos agora publicados e que vão ser enviados aos sindicatos, para que se possa generalizar a discussão e cada trabalhador possa apresentar propostas de alteração, não podiam deixar de reflectir esse enquadramento geral.

São muitas as novidades programáticas que encerram. A primeira grande novidade consiste na inclusão nos Estatutos de uma Declaração de Princípios e Objectivos da CGTP-IN, que estabelece as grandes linhas orientadoras da intervenção do movimento sindical.

Ainda a nível dos Estatutos, "a nossa constituição", como lhes chama o nosso interlocutor, são propostas alterações significativas, nomeadamente em matéria de órgãos. Assim, propõe-se a criação de um Secretariado e de um Conselho Fiscalizador.

Por sua vez, no Programa de Acção para 3 Anos, diz Américo Nunes que se procura "caracterizar a situação económica, política e social a consagrar, colocar as grandes reivindicações dos trabalhadores, melhorar as propostas destes para a solução dos problemas do país e, sobretudo, daqueles que os atingem directamente".

Necessidade de reafirmar os grandes valores e ideais

Numa fase de convulsões sociais e de surgimento de

aspectos de crise, o dirigente sindical expressa a sua convicção de que "está - e continuará a estar - em curso uma discussão que fundamentará certamente a necessidade de uma grande intervenção dos sindicatos e da reafirmação dos grandes valores e ideais do sindicalismo". Trata-se, em última instância, da luta pelo fim da exploração capitalista e pelo alargamento da democracia aos domínios económico, social, cultural e da própria justiça social.

No quadro em que se desenvolve, são várias as grandes questões que os trabalhadores têm pela frente. Américo Nunes coloca à cabeça de todas elas a defesa dos direitos, começando por aquele que representa o cerne de todos os outros direitos - o direito ao trabalho e a um emprego seguro, estável, qualificado e bem remunerado.

"Temos que ser capazes de encontrar formas eficazes de combater os direitos, começando por aqueles de emprego a prazo, à tarefa ou ao hálo, situações que não são más do que formas de desvalorização da força de trabalho". O sindicalista considera que estas são "novas formas de Capital arranjan para intensificar a exploração".

A questão salarial também se coloca com grande actualidade. Os salários, defende, têm que registar um forte crescimento, "na medida em que é preciso inventar a rendência que tem havido nos últimos anos de queda no rendimento nacional que vai para o factor trabalho e de

O GOVERNO MOBILIZAR, LUTA

mento
doq.
is".
tes
al a
curso e
vel dar
a ofen-
nato-
os tra-



do VII Congresso estende-se a todo o MSU mentos deve estar ligada à acção sindical"

lo Departamento de Organização da CGTP-IN

umento da parte que vai para a parte do capital".

Uma terceira vertente da intervenção imediata passa pela Segurança Social. Alguma-se necessário defender e melhorar o próprio sistema. Américo Nunes é peremptório: "Não podemos deixar privatizá-lo ou enfraquecê-lo". Por isso, pre-

A redução dos horários de trabalho, tendo como objectivo conseguir que ninguém trabalhe mais de 40 horas semanais, é outra frente de luta a manter, na opinião de Américo Nunes e da central que representa. Essa exigência deverá ser feita em articulação com o combate à flexibilização selvagem dos horários

questão da unidade, de que a CGTP-IN se orgulha e quer continuar a orgulhar-se de ser a grande defensora e edificadora. Considera, porém, que essa unidade deverá "ter conteúdo e objectivos de classe", isto é, uma unidade que "seja para reforçar e melhorar a intervenção sindical, para que dessa intervenção resultem melhores salários, melhores horários e melhores condições de vida e de trabalho". Em suma, uma unidade que sirva os trabalhadores e os seus interesses.

Sendo quem é, Américo Nunes não podia passar em claro a questão da organização do movimento sindical unitário, pois ela representa "o instrumento para levar à prática as propostas sindicais, para dinamizar a intervenção do MSU".

Neste quadro, a sindicalização, sobretudo dos jovens trabalhadores surge aos seus olhos como uma questão de "vital importância para o reforço da CGTP-IN e para os sindicatos, em suma, para a vitalidade da luta sindical".

pedimentos ou encerramentos de empresas. Se assim acontecer, "haverá uma articulação da acção com a teoria e com o estudo".

E os resultados serão tanto melhores quanto maior for o número de trabalhadores que participem na preparação do Congresso. "O ideal é que todos os trabalhadores conheçam os projectos apresentados, os leiam e participem com as suas propostas", disse.

Américo Nunes formulou, por isso, um convite a todos os trabalhadores e a todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais para que se empenhem na preparação do VII Congresso. "Quanto maior fora a atenção de todo o movimento sindical, mais fundo irá o Congresso quer na sua democraticidade, quer no encontrar das melhores respostas para os problemas com que estamos confrontados".

A entrevista termina com Américo Nunes a recordar que os problemas dos trabalhadores só podem ser eficazmente resolvidos com uma grande intervenção sindical. "Não há alternativa aos sindicatos", assevera, já que se mantêm plenas e válidas todas as razões que levaram ao aparecimento dos sindicatos. Há mesmo algumas que são novas. "A exploração capitalista nunca teve a dimensão que tem agora", havendo por isso necessidade de uma maior entejunidade e solidariedade entre os trabalhadores. "Só assim será possível pôr fim à miséria, à fome, à exploração e à repressão que continuam a ter grandes dimensões".

Os sindicatos surgem como indispensáveis instrumentos de luta, de protecção dos trabalhadores e dos seus direitos, de promoção da melhoria das condições de vida e de trabalho dos cidadãos. "São, a par disso, um espaço da intervenção democrática dos trabalhadores no seio das sociedades, tendo em vista o seu desenvolvimento", rematou.

Plano Geral de Actividades para 1993

O Plano Geral de Actividades para 1993 foi apresentado ao Plenário em termos não inteiramente acabados, devido ao facto de o VII Congresso da CGTP-IN ter realização marcada para os dias 4, 5 e 6 de Março do ano que vem.

Essa decisão justifica-se na medida em que, naquela altura, se procederá à alteração da composição dos órgãos de direcção e à aprovação dos objectivos programáticos para a acção da CGTP-IN.

Assim, o Plano Geral de Actividades ao Congresso será fundamentalmente constituído pela acção e iniciativas dinamizadoras e preparatórias do Congresso, inseridas na luta reivindicativa dos trabalhadores, a nível geral, sectorial, regional e de empresa.

As deliberações do VII Congresso ditarão o quadro de actividades e de intervenção sindical até ao final de 1993, cuja especificação e desenvolvimento ocorrerão já sob a direcção do novo órgão dirigente saído do Congresso.

No plano imediato, o Plenário considerou ser necessário organizar e intensificar a luta dos trabalhadores para fazer face à tentativa de imposição de políticas restritivas, por parte do Governo e do patronato, às ameaças de despedimento e de ataque aos direitos sociais e sindicais e, também, para materializar as reivindicações gerais da CGTP-IN.

Parábola da luz solar a propósito dum congresso

A luz branca do dia é límpida, é forte, é calor, é vida. E ilumina quem cada madrugada para vencer as trevas.

A luz branca é composta de várias cores, sete cores. São as cores do arco-íris que se vê depois da chuva; ou se descubrem nas experiências de escala, com um prisma apropriado.

A luz branca da vida é branca pela mistura ajustada de cada cor, do vermelho ao amarelo, do azul ao violeta.

Se suma das cores, seja ela qual for, se sobrepõe, se agiganta sobre as outras, não haverá mais luz solar, não será mais a luz branca do dia, energia, força e vida.

E que a luz é branca e forte pelo equilíbrio justo na mistura das cores que compõem o lindacolor e vida, pela justaposição solidária dos seus componentes. E a luz, vencendo o lato das noites, das sombras, dos nevócios, pela

força do branco das sete cores juntas e unidas.

Decomposta, a luz solar é o "Arco-da-Velha", o misto, a má, a bruxa que seca rios e fontes; a "Velha" que o povo escorruja em altos brados: "Arco-da-Velha", vai-te deitar! Vai-te emborar!

O Congresso que já nos escarte das caixetas, já nos afina as gargantas e alinha os discursos, o Congresso que já nos tinge as mentes e favorece os jogos palacianos em mal distribuídos escaqueiros de malabarismo (cedências ao "Arco-da-Velha"), o Congresso tem de ser como a luz branca do dia: do justo equilíbrio das cores que a compõem, será brilhante e linda, quente e forte, luz e vida, a CGTP-IN - Intersindical Nacional.

Ulisses Garrido, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN

A unidade é uma questão estratégica

O VII Congresso da CGTP-IN terá que ser um momento de empenhamento na vida da estrutura, abandono dos novos horizontes para a nossa intervenção a todos os níveis, dos locais de trabalho à sociedade.

O caminho da CGTP-IN de lutar por um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano é correcto e tem a ver com a resposta às aspirações e problemas mais sentidos pelos trabalhadores portugueses que há muito confiam na CGTP-IN.

Mas para dar conteúdo real a este projecto, impelindo que ele se transforme só num slogan, é necessário o envolvimento de todos os trabalhadores na preparação do Congresso, dando força às nossas propostas, no sentido de serem levadas à prática após a sua realização.

Criou também que o cimento que dará consistência ao projecto da CGTP-IN se encontra na aplicação dinâmica, ligada à vida, dos princípios da CGTP-IN.

Reforçando a sua natureza de classe, temperada na vida e luta dos trabalhadores aprofundando

o carácter unitário da nossa acção, na consideração de que a unidade é uma questão estratégica no nosso projecto.

Nessa perspectiva, parece-me necessário que o VII Congresso venha a ser um espaço que permita ultrapassar tensões, desconfortos, migrações no nosso terreno unitário, dando assim maior capacidade a unidade para a acção.

Estou certo de que os trabalhadores das Indústrias Eléctricas, sejam da EDP ou FMEE, que vão participar na preparação do Congresso, acreditam que este contribuirá para uma melhor resposta aos seus problemas concretos, particularmente os jovens trabalhadores e as mulheres, vítimas maiores da precariedade e da discriminação, atingidos como todos os restantes por uma injusta política do Governo de Cavaco Silva e pela acção do patronato, confiando que o futuro terá que ser construído para ser melhor, e para isso contribuirá este VII Congresso da CGTP-IN.

José Machado, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN

Lisboa, 4 / 5 / 6 de Março de 1993



Mais participação, maior democraticidade

Com o decorrer da conversa, percebe-se melhor onde Américo Nunes quer chegar com a enumeração destas frentes de trabalho e de reivindicação. Para ele, a discussão dos anteprojectos para o VII Congresso não pode desligar-se da luta e da acção quotidiana dos sindicatos e dos trabalhadores.

"A preparação fundamental do Congresso será aquela que resultar dessa ligação". Os sindicatos, no seu entender, deverão promover o debate das teses, ligando-o a um processo de greve, de discussão dos contratos colectivos, de combate à discriminação salarial ou de luta pelo exercício dos direitos sindicais, contra as tentativas de des-

TRABALHO COM DIREITOS SOLIDARIEDADE QUALIDADE DE VIDA



de trabalho que outra coisa não é, na maior parte dos casos, que aumentar o tempo e o ritmo de trabalho.

Uma unidade com conteúdo de classe

Américo Nunes coloca especial ênfase na abordagem da

grigente
convic-
inuará a
discussão
mente a
grande
tos e da
valores
". Trata-
da luta
capitalis-
económico,
pria jus-
directo e
grandes
adores
Nunes
Nunes
senta o
direitos
e a um
qualido-
razes de
razes de
e os
preciso
teses que
firmas de
em-pre-
considera
mas que
intensi-
cuidade.
tem que
mento,
preciso
teses que
de que-
onal que
filho e de

União de Santarém dinamiza

A União de Sindicatos do Distrito de Santarém está a efectivar um vasto programa de agitação e informação sindical por todo o distrito e a dinamizar, ao mesmo tempo, o processo de eleição dos representantes dos trabalhadores para as questões de Higiene e Segurança no Trabalho.

Uma das formas de dinamização escolhidas é a constituição de equipas pluri-sectoriais de dirigentes sindicais que têm como missão contactar os trabalhadores das empresas de 13 concelhos do distrito, bem como os trabalhadores dos hospitais distritais e dos centros de saúde. Estes contactos estendem-se aos utentes dos serviços de saúde públicos.

As acções de agitação estão a ser incrementadas em torno da concretização de objectivos concretos, designadamente os que se prendem com a revisão dos CCT.

A USS não esquece também os contactos institucionais, tendo já sido recebida pelo bispo Santarém e pelo Governador Civil do distrito, com quem foi abordada a situação social nacional e regional.

STAL participa nas actividades da CGTP-IP



A CGTP-IP e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), que é hoje o sindicato com o maior número de filiados no nosso país, assinaram, no passado dia 3 de Dezembro, um protocolo de colaboração, tendo em vista o aprofundamento das suas relações e uma cada vez maior integração do STAL no MSU.

A luz do protocolo assinado pelos respectivos coordenadores e outros dirigentes das duas estruturas, o STAL fica com "o direito de participar nas actividades da CGTP-IP, a todos os níveis, nomeadamente nas sessões do Congresso e do Plenário, requerendo, apresentando, discutindo e votando as moções e propostas que entender convenientes".

Podrá igualmente participar nas actividades de toda a estrutura regional da CGTP-IP e ainda nas estruturas autónomas dos jovens (Interjovem) e dos reformados (Inter-Reformados).

O STAL poderá, assim, ter um papel mais interveniente e empenhado no movimento e na luta reivindicativa dos trabalhadores portugueses.

As duas associações sindicais comprometeram-se a terem um relacionamento baseado no respeito mútuo pela autonomia de cada organização e que se exprime, nomeadamente, no direito de livremente definirem a sua forma de organização e funcionamento interno.

Portagem da Ponte 25 de Abril deverá ser abolida

A CGTP-IP e as uniões de sindicatos de Lisboa e Setúbal vieram a público defender a imediata abolição da portagem da ponte 25 de Abril, solidarizando-se e considerando legítimas todas as formas de protesto que os utentes estão ou possam vir a desenvolver.

Exigiram ainda a aceleração do processo de construção do sistema de transporte ferroviário ligeiro, por forma a que este constitua uma alternativa válida ao transporte individual.

A CGTP-IP e as uniões sindicais fizeram estas exigências com a força moral de quem, desde que foi anunciada a mudança dos postos de portagem, sempre alertou para os evidentes prejuízos que a mesma viria a produzir e para a flagrante injustiça que significa não só a manutenção da portagem na ponte 25 de Abril.

Desde Outubro de 1987, as estruturas sindicais vêm exigindo a opção por transportes colectivos de massas de qualidade e mobilidade, denunciando a inércia, a chocante indiferença dos governos do PSD para o drama diário da ligação entre as duas margens do Tejo que se traduz no arrastar da decisão quer na medida agora tomada.

A localização da nova ponte sobre o Tejo, podendo resolver outro tipo de problemas, não a vocaciona para contribuir para uma significativa redução do volume de tráfego que hoje utiliza a ponte 25 de Abril.

Os elevados consumos de energia, importada, resultantes de longas horas em lentas filas, acessadas do enorme volume de horas de trabalho perdidas, roubadas ao descanso ou acessadas aos custos de produção, ultrapassam os custos do pagamento de portagem.

A única forma de resolver os estrangulamentos diários de trânsito que se verificam na ponte 25 de Abril reside, na opinião da CGTP-IP e das duas uniões de sindicatos, na abolição da portagem e na exigência dum transporte de massas de alta qualidade e mobilidade.

Criado movimento nacional de opinião pelo direito à saúde

A CGTP-IP, instituições de diversa índole e muitos milhares de cidadãos subscreveram um abaixo-assinado que defende a constituição de um movimento nacional de opinião que, com a participação dos mais variados sectores da população e dos profissionais de saúde, se oporia à política de saúde do Governo.

No imediato, esse movimento deverá procurar travar a promulgação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde e criar condições para a institucionalização dum correcta política de saúde.

O texto do abaixo-assinado diz que o novo Estatuto

do Serviço Nacional de Saúde, pretendido pelo actual Governo, "representaria a desagregação das estruturas de Saúde e das carreiras dos seus profissionais e a alienação do próprio Direito à Saúde". Ele lesa profundamente o sentido de solidariedade social, instituído como regra de vida comunitária e direito constitucional.

Ao atribuir ao cidadão isolado a responsabilidade de resolver os seus problemas de saúde, pretende-se instalar uma atitude cultural que contraria brutalmente o sentido solidário que, desde há séculos, se tem consolidado e é hoje património colectivo dos povos de Portugal e da

Europa, esclarece o texto do apelo subscreto.

Com efeito, o direito à Saúde está universalmente consagrado como uma Direito Fundamental do Homem em resultado da evolução cultural, moral e ética da Humanidade.

Em Portugal, as carreiras dos profissionais que integram as estruturas de saúde são a forma que os técnicos encontram e defendem para responderem na sociedade de moderna às necessidades organizadas de preservação da saúde e combate à doença.

Estes factos contribuiriam para que o Direito à Saúde fosse consignado na Constituição da República, determinando para

a sua realização na prática a criação de um Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito.

No entanto, os subscretores do apelo consideram que, desde há vários anos, os governos não puseram o SNS em funcionamento.

Antes pelo contrário, "viam com uma nova Lei de Bases de Saúde, promulgada em 1990, procurar criar um quadro legal que conduza à destruição das instituições oficiais de Saúde". Este propósito é contrário à Constituição da República que continua a consagrar um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito.

Tribunal de Opinião de Braga recomendou: Anomalias devem ser prontamente corrigidas

Um Tribunal de Opinião Pública julgou, em Braga, a violação dos direitos dos trabalhadores, tendo concluído estarem comprovadas sérias distorções aos direitos dos trabalhadores, "tanto aos que têm sede meramente legal como os que se revestem de dignidade constitucional".

Lavrado o veredicto condenatório, o Colectivo que presidiu ao Tribunal recomendou ao Governo e, no domínio das respectivas competências, aos diferentes órgãos de soberania, a pronta correcção das anomalias, globais ou pontuais, verificadas.

O tribunal, organizado sob a égide da União de Sindicatos de Braga, concluiu que "a compressão do direito à greve, a instabilização dos vínculos laborais, a degradação da segurança social, a insuficiência clara das medidas relativas à higiene e segurança no emprego, ocorrem, na verdade, quer



pela maximização das potencialidades anti-laborais de leis vigentes, quer pelo afrontamento da própria legalidade democrática".

Deram-se como provadas a existência e progressão dos danos em atraso, a prática de falências e processos fraudulentos de empresas, o recurso generalizadamente impune, por parte das entidades patronais, à repressão, à suspensão e ao despedimento de trabalha-

dores, a proliferação de discriminações salariais e profissionais, a restrições múltiplas à actividade sindical, o incumprimento de normas essenciais no âmbito da sinistralidade e da melhoria das condições laborais, reiteradas violações da lei da maternidade e paternidade, a crescente inutilização dos tempos e espaços de lazer e a manutenção do trabalho infantil, à margem do quadro legal e dos mais elementares princi-

pios humanos, sociais e políticos. "As violações, irregulares e omissões identificadas configuram, de acordo com o veredicto do Tribunal, uma realidade grave, vemente condenável, cujos responsáveis são, por um lado, os empresários e patrões que escolhem o desprezo pelas leis e, por outro lado, as políticas progressivamente restricionistas, opressoras e socialmente desvinculadas do Governo.



ASSIM NÃO! gritaram os trabalhadores do distrito de Lisboa no passado dia 19 de Novembro, entre o Rossio e S. Bento. Todos temos razões de queixa e de protesto, declarou a União de Sindicatos de Lisboa, promotora desta acção de massas.

"Todos temos alguma coisa em que o Governo Cavaco Silva nos prejudica. Ou é o salário que não pode aumentar o que deve. Ou é nos impostos que aumentam realmente. Ou é o custo de vida, a inflação real que, na carteira, é bem maior que nos números oficiais. Ou é no emprego, onde a precariedade é mais que muita e as negras previsões são unânimes. Ou é na Saúde, com a reforma Afonso, promessa de estrelas onde só haverá o céu negro do negócio. Ou é na Segurança Social, nunca mais segura para o futuro. Ou é nos direitos que o Governo vai, lei a lei, retirando e o patronato, pouco a pouco, impedindo. Ou é na Educação com as aspirinas em soldado,ão baratas que devem chegar para pagar os anúncios na TV!"

Por tudo isso, os trabalhadores disseram, peremptoriamente: Isto não pode continuar assim!

Indústrias Eléctricas Receber dinheiro do Estado e despedir trabalhadores

A Siemens, multinacional alemã, recebeu 395.670 contos de subsídios e despediu 125 trabalhadores. A Philips, multinacional holandesa, recebeu 650.000 contos de incentivos do PEDIP para modernização do aparelho produtivo, mas ameaça despedir os trabalhadores com contrato a termo e rescindir os contratos doutros trabalhadores. O Grupo EFACEC, no seu conjunto, recebeu em 1991/1992 um total de 401.572 contos, 363.372 dos quais foram canalizados para a EFACEC/Máquinas, empresa que está também a ameaçar despedimentos nas fábricas da Arrozeira (Porto) e Póvoa do

Vazim. São apenas três casos, entre dezenas deles, que provam que as empresas dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico (FMEE), em particular as multinacionais, ao mesmo tempo que obtêm incentivos financeiros de montaria, procuram desenfeardamento e lucro, produzindo mais com menos trabalhadores. Era filosofia de gestão empresarial já diminuiu milhares de postos de trabalho nos últimos anos.

Era denuncia é feita pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal na sequência de um levantamento que promoveu em 40 grandes empresas para avaliar da situa-

ção social dos trabalhadores das FMEE. Os dados recolhidos permitem afirmar que se assiste a uma degradação social no sector dos FMEE, em resultado do ataque sistemático e muitas vezes ilegal ao emprego e aos direitos dos trabalhadores. São exemplos disso, entre outros, as pressões para a rescisão dos contratos de trabalho, procurando assim encobrir a real intenção de despedir; as ameaças de despedimentos colectivos, caso os trabalhadores não colaborem nas rescisões ou pré-reformas; a ameaça de encerramento das empresas por má gestão ou por transferência de encomendas para outras unidades de produção que detêm um no-

estrangeiro; a elevada percentagem de contratos a termo certo, utilizando ilegalmente para postos de trabalho fixo contratos de trabalho a termo; as acções de intimidação sobre activistas e trabalhadores mais reivindicativos, com consequente discriminação, retirada de direitos ou proibição do seu exercício, particularmente em relação à actividade sindical no local de trabalho.

O apuramento feito em resultado do levantamento de que somos vindo a falar indica, segundo o Conselho Nacional da FSTIEP, "situações que roçam a corrupção e o nepotismo e atingem e culpabilizam sem dívida os responsáveis pela política industrial neste país".

Caminhos-de-ferro em estado de choque

Os ferroviários cumprir uma dia de greve no passado dia 18 de Dezembro pela redução do horário de trabalho, pela negociação da regulamentação de carreiras, pela suspensão do quadro de "excedentários" e pela redução da idade legal de reforma.

A nomeação de um novo conselho liquidatário da CP, que tem como objectivo número um preparar a empresa para a sua privatização total, e a criação legal de vários quadros de "excedentários", cujos integrantes (em número superior a mil) são convidados a rescindir voluntariamente os contratos indivi-

duais passaram o sistema nacional de caminhos-de-ferro em estado de choque.

É esta a caracterização genérica que a Federação dos Sindicatos Ferroviários Portugueses fez da situação em conferência de imprensa promovida no princípio de Dezembro, onde anunciou a sua disposição de propor formas de luta firmes a todas as organizações sindicais com representatividade na empresa.

"O estado psicológico dos trabalhadores é péssimo, a manutenção do material faz-se com grandes atrasos, provocando um aumento considerável do número de avarias, com a

consequente perda de fiabilidade de todo o sistema", disseram aos jornalistas os dirigentes presentes.

Isto aconteceu porque o ataque aos interesses da empresa pública que é a CP, desencadeado pelo Governo, pela mão do seu CG, é acompanhado por uma grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

Os sindicalistas explicam. Em 1991, o CG propôs aos sindicatos um Acordo Social para a Modernização da CP que visava a liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores. Derrotado em 1991 pela resistência dos ferroviários, o CG voltou este ano à carga.

"Negs-se a reduzir o horário para 40 horas semanais e a aplicar imediatamente a falar indícia, segundo o Conselho Nacional da FSTIEP, "situações que roçam a corrupção e o nepotismo e atingem e culpabilizam sem dívida os responsáveis pela política industrial neste país".

A Federação acusa ainda o CG de pretender que os sindicatos aceitem a flexibilização de mais umas centenas de postos de trabalho e na prestação de mais trabalho extraordinário pago como trabalho simples.

O CG pretende ainda modificar o conceito de descanso semanal, de forma a reduzir um direito há muito alcançado pelos ferroviários.

Aduaneiros Que fazer com este «pacote?»

A poucos dias da entrada em vigor do Mercado Único (1 de Janeiro de 1993), o Governo deu a conhecer aos sindicatos, designadamente ao STADE, um «pacote de medidas destinadas a minorar os efeitos da passagem à situação de desemprego de vários milhares de trabalhadores aduaneiros.

O STADE, depois de analisar o seu conteúdo, concluiu que «o Governo vem propor o que já havia sido rejeitado pelos sindicatos, em Fevereiro deste ano, apresentando propostas mais desfavoráveis que as que apresentou em tempos.

Na prática, essas medidas traduzem-se na remissão para o Fundo de Desemprego e para o mercado de trabalho dos trabalhadores com menos de 59 anos; na pré-reforma aos 54 anos; na garantia de indemnizações na totalidade para trabalhadores com até 50 anos, caso a entidade patronal não tenha possibilidade de cumprir, em pequenas majorações impraticáveis no plano do Fundo de Desemprego e Mobilidade.

O «pacote», porém, não contempla os trabalhadores chegados ao sector depois de 1986. Não garante indemnizações por rescisão contratual para todos. Não possibilita a reforma antecipada a trabalhadores com a totalidade da carreira contributiva para a segurança social (36 anos de desconto). Não admite a hipótese de aplicação no sector da conhecida lei da reforma dos 80 (50 anos de idade com 30 de carreira). Não considera majorações no subsídio de desemprego. Não aplica o decreto-lei relativo aos sectores em reestruturação.

Numa palavra, o «pacote» do Governo não leva em consideração as propostas sindicais que

«apenas se reportam a medidas que o Governo tem conferido recentemente a outros sectores de actividade».

«No plano europeu, ao não aproveitar os recursos disponíveis do FSE, FEDER e INTERREG, ou ao propor a sua aplicação fortemente restrita,

torna-se claro aos olhos de todos os aduaneiros que se trata de uma fraude organizada», diz o STADE.

O Sindicato e os trabalhadores estão indignados com a falta de respeito com que têm sido tratados. Mereciam mais, pois, durante mais de um século

foram o principal obstáculo às tentativas de evasão e fraudes fiscais.

A CGTP-IN está solidária com a luta dos trabalhadores aduaneiros, como reafirmou na recente conferência de imprensa promovida pelo STADE e pelo Sítex.

NÃO TE DEIXES ILUDIR SINDICALIZA-TE



Portaria, vigilância e limpeza 10,1% de aumento para 1993

O primeiro contrato negociado e acordado para 1993 foi assinado entre o STAD (Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas) e a associação patronal. Esse acordo contempla um aumento salarial de 10,1 por cento e a manutenção das regras conquistadas pelos trabalhadores.

O Sindicato considera este acordo com uma vitória da unidade, organização e espírito de luta dos trabalhadores do sector, desafiadamente durante a greve de três dias que realizaram em meados de Novembro.

Contudo, foi ainda necessário, para alcançar este acordo, apresentar uma nova convocatória de greve para os dias 9,10 e 11 de Dezembro.

O valor de 10,1 por cento é significativo, pois representa mais do dobro aquilo que o Governo e o patronato têm proposto no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social.

Autoritarismo do Governo faz arrastar conflito nos CTT

Os trabalhadores dos CTT têm vindo, ao longo deste ano, a contestar a forma como tem sido conduzido o processo de reestruturação da empresa, pois a recente decisão do Governo de dividir os CTT em duas empresas não lhes garante o pagamento das pensões de aposentação.

A CGTP-IN manifestou publicamente a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores dos CTT, declarando que nada justifica a atitude do Governo, tanto mais que é do conhecimento público e tem sido amplamente noticiado que o Fundo de Pensões dos CTT tem um "balanço" de mais de 100 milhões de contos. É por isso absolutamente justa a exigência dos trabalhadores de que as suas pensões sejam pagas pela Caixa Geral de Aposentações, de que, aliás, são subscritores.

Para a central sindical, "a falta de qualquer resposta e a indiferença do Governo perante a degradação do ambiente de trabalho numa empresa que presta um serviço de carácter social, fundamental para os cidadãos, as empresas e o país". A CGTP-IN recorda que a total falta de diálogo do Governo e nomeadamente do ministro das Obras Públicas e Comunicações conduziu a um clima de conflito permanente, que motivou já uma greve no passado mês de Junho e que poderá agravar-se novamente.

Reivindicações da Indústria Gráfica e do Papel

Melhorar o nível salarial, reduzir o horário de trabalho, alargar a prática do subsídio de alimentação, dignificar social e profissionalmente o sector - eis, em síntese, as reivindicações sectoriais (contrato) e nas empresas apresentadas pela Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa.

Para que se encontrem soluções que sejam compatíveis com os interesses dos trabalhadores e das empresas, a Federação e os sindicatos dizem-se totalmente disponíveis e abertos para discutir estas e outras questões.

A proposta de aumento salarial para 1993, tanto em termos de contrato colectivo como de empresa, é de 15 por cento, "é necessário que os salários cresçam mais do que a inflação verificada e que a prevista". É reivindicada também a institucionalização do subsídio de alimentação, no mesmo tempo que se propõe que ele tenha um valor mínimo de 400 escudos diários.

A Federação defende ainda a consagração de diuturnidades, no valor de 1500 escudos cada uma, até ao limite de cinco, e por cada três anos na mesma empresa.

Sardinha fresca deitada à rua

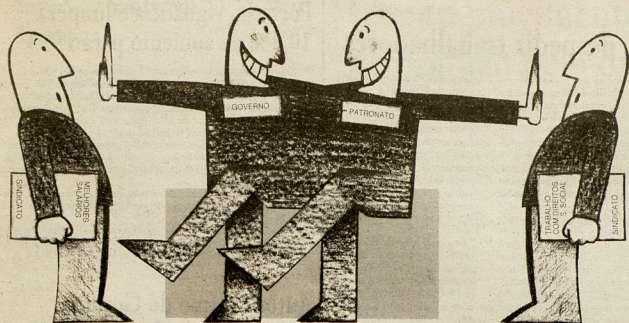
No passado dia 19 de Novembro, os pescadores do distrito de Leiria decidiram espalhar cerca de oito toneladas de sardinha nas ruas da cidade de Peniche. Habitualmente, os excelentes de peixe são lançados ao mar.

Esta acção destinou-se a denunciar a grave crise que afecta as empresas da pesca de cerco na sequência do acordo assinado entre a CBE e Martros.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Distrito de Leiria, essa situação complicou-se devido "essencialmente a falta da capacidade de escoamento do pescado capturado e consequentemente à falta de garantias quanto ao preço de venda do pescado em loja".

O futuro dos pescadores portugueses apresenta-se negro, pois a insegurança, o medo do desemprego e da fome voltam a ensobrar as vidas dos pescadores portugueses.





NÃO NOS INCOMODEM, ESTAMOS A NEGOCIAR

Administração Pública

A baixa lisboeta encheu-se de indignação e luta

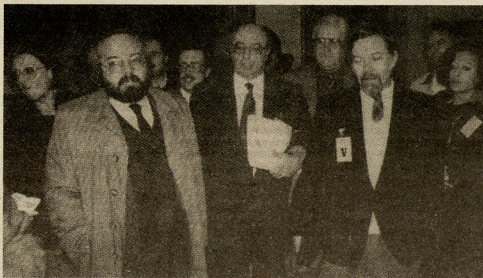
O trabalhadores da Administração Pública realizaram uma concentração nacional, seguida de desfile, na tarde do passado dia 3 de Dezembro, na Praça da Figueira, situada no centro de Lisboa. Foi uma jornada que impressionou pela grande participação que conheceu e pela combatividade e determinação demonstrada pelos manifestantes. A sua indignação fez tremor o Terreiro do Paço.

Esta acção foi decidida por todas as organizações sindicais do sector em defesa da estabilidade de emprego e de salários justos.

A proposta salarial do Governo é inaceitável, injusta e discriminatória, não sendo admissível que os trabalhadores da Administração Pública continuem a ser lesados pelo processo de convergência nominal com as restantes economias europeias, através da redução do seu salário real.

As estruturas sindicais da Administração Pública não arredam pé desta sua convicção, pois entendem ainda ser possível continuar a reduzir a inflação, aumentando os salários reais e modernizar a Administração Pública, sem criar desemprego nem agravar os problemas sociais.

O Governo - acusam - mantém-se intransigente. Não apresenta qualquer contra-proposta credível às reivindicações salariais e mantém inalterada a proposta entregue aos sindicatos há mais de três meses, sem que se tenha verificado qualquer avanço positivo apesar do enorme descontentamento e a justa indignação dos trabalhadores pela atitude afrofrosa do Governo.



CGTP-IN envia saudação

A CGTP-IN enviou uma saudação à concentração dos trabalhadores da Administração Pública, manifestando a sua solidariedade activa à sua luta e exortando-os a que prossigam e intensifiquem as acções que melhor sirvam os seus direitos e interesses.

A CGTP-IN, na sua mensagem, classifica de afronta aos trabalhadores da Administração Pública os aumentos salariais propostos pelo Governo pois, além de

serem profundamente injustos e injustificáveis, destinam-se a servir de "exemplo" para a aplicação da contenção salarial aos restantes trabalhadores.

"Conjugado com a famigerada "Lei dos Disponíveis" e com a não reestruturação das carreiras profissionais, esta acção do Governo pretende transformar os trabalhadores da Administração Pública em cidadãos de 2ª categoria, aos quais continua a ser sugado o direito à negociação colectiva, constitucionalmente consagrado", diz

a saudação. Esta acção do Governo, a par da sua desresponsabilização na questão da função social do Estado, contida na proposta de Orçamento para 1993, constitui, na opinião da central sindical, motivo de justificada indignação e protesto da generalidade dos trabalhadores.

O Governo torna-se responsável pelo inevitável aumento da conflitualidade e do movimentação social, caso não haja alteração nos seus comportamentos e na sua política, afirma ainda a CGTP-IN.

CGTP-IN apresenta pedido de filiação na C. E.S.

No passado dia 30 de Novembro, pelas 15 horas, Manuel Carvalho da Silva e José Luís Judas entregaram a Emílio Gabaglio, secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), em Bruxelas, o pedido formal de filiação da CGTP-IN naquela organização sindical europeia.

A decisão de pedir a adesão da CGTP-IN à CES foi tomada há cinco anos, mais concretamente em 16 de Dezembro de 1978.

Esta decisão foi reafirmada em todos os congressos posteriores em que foi proclamado o desejo da CGTP-IN de cooperar activamente com o conjunto do movi-

mento sindical europeu, na construção de uma Europa pacífica, democrática e solidária.

Ao longo dos anos, recorda a carta endereçada a Emílio Gabaglio, a CGTP-IN tem desenvolvido a cooperação bilateral com a maioria das organizações filiadas na CES e aumentaram os contactos recíprocos com os órgãos dirigentes da própria confederação europeia.

"Mais do que nunca, acrescenta a missiva da CGTP-IN, é necessária uma maior intervenção dos trabalhadores europeus e a coordenação da sua luta pela dimensão social da Europa".

Esta é a primeira vez que a GTP-IN requer a filiação numa organização sindical de âmbito internacional.

O que é e quem representa a CES

A Confederação Europeia de Sindicatos é uma organização de âmbito europeu, organizada e coordenadora de uma real intervenção e acção dos trabalhadores na democratização da Comunidade e na defesa da Paz na Europa.

A CGTP-IN requereu a filiação na CES por entender, no contexto actual, caracterizado pelo avanço das forças de direita em toda a Europa e pela debilitação das forças de esquerda, com o desenvolvimento de fenómenos preocupantes como a demagogia, o racismo e a xenofobia, ganha importância social, política e mesmo ideológica a existência dum CES cada vez mais representativo e interventivo, ligada à realidade e anseios dos trabalhadores europeus.

"Daqui resulta que é hoje maior a importância de concretizar a filiação da CGTP-IN na CES, na certeza de que é vantajosa a luta dos trabalhadores europeus, que necessitam de contar com a acção mobilizadora da CGTP-IN, e favorável também à luta dos trabalhadores portugueses que precisam de conjugar a sua acção com a dos trabalhadores dos demais países.

No seu VII Congresso, a CES promoveu importantes alterações nas suas filiosantes e no movimentação social, caso não haja alteração nos seus comportamentos e na sua política, afirma ainda a CGTP-IN.

Governo escolheu a imposição. A luta é a solução

O Governo bateu com a porta à negociação com os sindicatos dos trabalhadores da Administração Pública. Foi no dia 16 de Dezembro, ainda não eram quatro horas da tarde. As ilusões que, porventura, houvesse, ficaram desfeitas: o Governo quer consistir a contenção salarial nos trabalhadores da função pública. Os valores por ele propostos significam mesmo uma redução do poder de compra daquele importante grupo de trabalhadores.

Por isso, no mesmo dia e na mesma hora, todas as organizações sindicais da Administração Pública anunciaram novas e mais radicais formas de luta comuns. Uma "semana de luta" até ao fim do ano e uma dia de greve nacional no início do ano são a resposta imediata à política de imposição do Governo.

BOAS FESTAS
FELIZ ANO NOVO

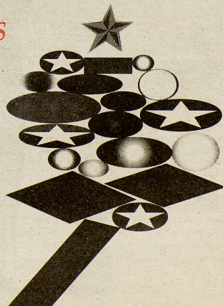
MERRY CHRISTMAS

HAPPY NEW YEAR

JOYEUX NOEL

BUONI NODDIE ANSE

CONSELHO NACIONAL DA CGTP



Lisboa, 4 / 5 / 6 de Março de 1993

7º CONGRESSO CGTP

INTERSINDICAL NACIONAL



TRABALHO COM DIREITOS
SOLIDARIEDADE
QUALIDADE DE VIDA



SINTESE PROJECTO DO PROGRAMA DE ACÇÃO PARA 1993-1997

OS OBJECTIVOS CENTRAIS DO VII CONGRESSO SÃO:

- 1 A garantia do direito ao trabalho e a promoção da qualidade e da estabilidade no emprego.
- 2 A melhoria dos salários, a redução da duração do tempo de trabalho, a melhoria do sistema de segurança social, dos serviços de saúde e da política de habitação, permitindo-se assim uma melhor repartição do rendimento.
- 3 A promoção de um verdadeiro desenvolvimento do país, assente na modernização do sector produtivo real e na valorização dos recursos humanos, assegurando o papel primordial da formação profissional e do ensino.
- 4 A democratização das relações laborais e a participação dos trabalhadores no seio da empresa e da sociedade.
- 5 A construção de um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano, no seio de uma Europa pacífica, democrática e solidária.

INTRODUÇÃO

O VII Congresso da CGTP-IN realiza-se num tempo de transição, por isso, de incertezas e ameaças, mas que também perspectiva novas esperanças que impelem os sindicatos a redobrar os seus esforços para manter o sentido da história na senda da paz, da democracia, do progresso económico, social e cultural.

No plano nacional a situação é marcada pela política de afrontamento do governo e patronato contra os trabalhadores, o que conduz à necessidade de intensificar a luta dos trabalhadores por melhores salários, pelo emprego e pelos direitos individuais e colectivos.

TRABALHO COM DIREITOS, SOLIDARIEDADE E QUALIDADE DE VIDA é o lema do VII Congresso da CGTP-IN.

Trabalho com direitos - porque a concretização do direito ao trabalho e o respeito pela segurança no emprego, asseguram a subsistência das famílias trabalhadoras e são o espaço de onde emanam todos os direitos de cidadania. A concretização do direito ao trabalho é base essencial para combater a exclusão social em toda a sua dimensão.

Solidariedade - porque o regime democrático é indissociável de um quadro de justiça social, baseado numa equilibrada distribuição do rendimento, no combate à exclusão social, no reforço dos laços de unidade entre todos os trabalhadores, condições que, no seu conjunto, dão conteúdo aos valores democráticos, aos direitos e liberdades dos cidadãos.

Qualidade de vida - porque os trabalhadores aspiram legitimamente a uma vida melhor que traduza o progresso social do país. Qualidade de vida que pressupõe não só a garantia do emprego e de salários condignos, mas também a melhoria do sistema de segurança social tendo em vista designadamente o suporte do nível de vida dos reformados e pensionistas, a melhoria do sistema de saúde, da habitação, do ensino, dos transportes e do lazer, bem como a preservação do ambiente e a defesa dos direitos do consumidor.

CAPÍTULO I O QUADRO ECONÓMICO E SOCIAL PRESENTE E AS PERSPECTIVAS DA SUA EVOLUÇÃO

O sistema capitalista, pelos seus objectivos e, em particular, através da desregulação imprimida pelos neo-liberais, tem sido incapaz de solucionar os grandes problemas da humanidade e tem provocado, no seio dos países industrializados, enormes desigualdades.

Com o fim do bloco socialista e o desaparecimento das suas estruturas supranacionais - Pacto de Varsóvia e CAME - iniciou-se nesses países um processo de reafirmação das soberanias nacionais, de introdução, a todo o custo, da chamada economia de mercado, de instabilidade política e institucional que agravou a sua, entretanto, degradada situa-

ção económica e social.

Cada vez é maior a diferença que separa os níveis de vida dos habitantes dos países mais desenvolvidos (uma pequena minoria) daqueles verificados pelo resto do mundo. Assiste-se hoje à "exclusão ou marginalização social", no sentido em que estes seres humanos são colocados à margem do mundo e vivem meramente para a sobrevivência.

É nestas novas condições e apesar delas, que se exige maior e mais determinada intervenção do movimento sindical e dos trabalhadores.

LIBERA 41 512 DE MARÇO DE 1982
7º CONGRESSO
CGTP
INTER-SINDICAL NACIONAL

CAPÍTULO II

POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO, DESENVOLVIDO, SOLIDÁRIO E SOBERANO

A actual situação do País caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

- os atrasos graves que se verificam no processo de modernização da economia, com a manutenção em múltiplos sectores de uma estrutura produtiva ultrapassada que ocupa a maioria da força de trabalho;

- a existência de sectores e camadas de trabalhadores com dificuldades crescentes, devido à situação do aparelho produtivo à política de baixos salários, aos déficits de formação profissional e de qualificação dos trabalhadores e, ainda, pelo aumento da precariedade das relações de trabalho;

- a situação particularmente mais grave dos trabalhadores de níveis etários mais elevados que laboram nas empresas e sectores mais tradicionais e, conseqüentemente, se encontram mais sujeitos aos encerramentos e falências

- a existência de um pequeno mas crescente número de trabalhadores em sectores e empresas dinâmicas com empregos bem remunerados e com perspectivas de futuro.

As injustiças sociais que esta situação provoca são obstáculos importantes ao progresso do conjunto da economia portuguesa.

A proposta da CGTP-IN de construção de um Portugal Democrático, Desenvolvido, Solidário e Soberano é um projecto de interesse nacional e de defesa dos interesses dos trabalhadores.

A proposta da CGTP-IN visa defender a identidade e os valores do povo português, tomando em consideração o processo de integração comunitária em curso e as realidades actuais de internacionalização da vida económica e social, dando um novo e mais profundo sentido à necessidade de uma política de soberania e de independência nacional.

As formas de participação popular na vida política e as profundas transformações económicas, sociais e culturais, são traços característicos do regime democrático, instaurado em Portugal, após o 25 de Abril de 1974.

Embora se tenham vindo a introduzir limitações ao exercício destes direitos, eles constituem suportes importantes do nosso regime democrático e, por isso mesmo, a CGTP-IN continuará a bater-se pela sua consolidação e alargamento.

A CGTP-IN considera que a democracia económica é condição do progresso social e desenvolverá todos os esforços para que Portugal não se transforme num país sem capacidade de decisão própria, a mando do grande capital.

A defesa de uma democracia social é tanto mais necessária quanto vastas camadas da população se encontram cada vez mais marginalizadas dos benefícios do crescimento económico.

A revolução técnico-científica, que está a alterar constantemente a organização da produção, o pleno exercício dos direitos dos trabalhadores, a criação de condições que estimulem a criatividade, o reforço da capacidade de intervenção e de mobilização dos trabalhadores, constituem factores decisivos para conseguir a melhoria das condições de vida e de trabalho, a plena utilização da capacidade produtiva a melhoria da produtividade e da competitividade internacional.

A CGTP-IN, que sempre apoiou firmemente o processo de regionalização e descentralização, considera que a elaboração do próximo Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), ao longo de 1993, deverá permitir uma ampla participação dos trabalhadores e das forças sociais e políticas.

A promoção do emprego e a salvaguarda da segurança no trabalho, a melhoria da repartição do rendimento, o incremento da função social do Estado, a melhoria da qualidade de vida e a preservação do ambiente, são objectivos do sindicalismo actual que correspondem também às profundas necessidades da sociedade e mostram de forma clara o papel insubstituível do sindicalismo que justificam e suportam a luta da CGTP-IN por este projecto de um Portugal Democrático, Desenvolvido, Solidário e Soberano.

CAPÍTULO III

ASSEGURAR O EMPREGO, OS SALÁRIOS E A SEGURANÇA SOCIAL, PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA

O emprego com salários que permitam condições de existência dignas constituirá a prioridade da acção sindical nos próximos anos.

A CGTP-IN bate-se pelo direito ao trabalho e por uma política que vise o pleno emprego. O trabalho continua a ser um elemento fundamental para a própria realização dos indivi-

duos.

Enfrentamos hoje desafios acrescidos: os despedimentos multiplicam-se e a qualidade do emprego tende a degradar-se devido ao reforço de tendências de desregulamentação e de flexibilidade.

Lisboa, 4 de Maio de 1993
7^º CONGRESSO
CGTP
 INTERSINDICAL NACIONAL

O reforço da competitividade depende hoje fundamentalmente de factores como a modernização, a melhoria do ensino e a articulação com a formação profissional, a formação contínua nas empresas, o desenvolvimento de infraestruturas técnicas e sociais. Uma estratégia de qualificação da mão-de-obra é cada vez mais decisiva e esta é incompatível com a política de baixos salários.

A aspiração dos trabalhadores a uma vida melhor reflecte a própria necessidade de progresso social: Traduz igualmente a tendência de um desfasamento crescente entre o progresso técnico e as condições concretas de existência. A elevação do poder de compra dos salários constitui um eixo essencial da acção sindical nos próximos anos, pois os salários são determinantes para melhorar o nível de vida. Hoje estão a ser frustradas as expectativas de uma aproximação do nível de vida médio na Comunidade Europeia.

É elevado o número de trabalhadores que ganha o salário mínimo, ou valores próximos deste. A precaridade e clandestinidade do emprego conduz mesmo a que muitos trabalhadores recebam salários abaixo de qualquer norma, legal ou contratual.

É necessário lutar por uma política fiscal justa já que hoje se assiste ao agravamento das desigualdades e das injustiças fiscais, continuando os trabalhadores a ser fortemente penalizados. Os rendimentos do trabalho são os únicos que são severamente controlados, o que não se verifica em relação a outras fontes de rendimentos. Enquanto consumidores, os trabalhadores vêm também fortemente acrescida a tributação indirecta.

A defesa do emprego, a luta pela qualificação, a melhoria das condições de trabalho, a redução do tempo de trabalho, o trabalho com direitos, a dignificação do trabalho, exigem reivindicações que visem:

- o trabalho com direitos, contrariando as tendências para a desregulamentação e flexibilização do mercado de emprego;

- a redução do tempo de trabalho prosseguindo a acção pela semana de 40 horas e reivindicando horários de trabalho que tenham em conta as necessidades dos trabalhadores;

- o aumento da qualificação profissional, o que passa por medidas que visem desenvolver a formação inicial, através do sistema de ensino e pelo direito à formação contínua;

- a melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho - saúde laboral, através de uma política de prevenção, de uma aplicação efectiva das normas em vigor, da adopção de novas disposições e da institucionalização dos representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde no trabalho eligendo-os nas empresas;

A CGTP-IN defende o desenvolvimento do actual sistema de segurança social, com base na efectivação plena dos princípios, da universalidade, igualdade, eficácia, solidariedade e participação. Neste sentido, defende:

- a melhoria do nível das prestações da segurança social, atendendo ao seu baixo valor;

- o aumento do poder de compra das pensões de reforma, e a aproximação aos salários melhorando a sua forma de cálculo;

- uma nova política de idade de reforma, instituindo regimes de reformas progressivas e impedindo que a idade de reforma obrigue o trabalhador a cessar a actividade;

- a melhoria da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A garantia do direito à saúde constitui um princípio consagrado na Constituição, que está a ser posto em causa pelos Governos do PSD, cujo objectivo visa subverter a filosofia do Serviço Nacional de Saúde.

A CGTP-IN considera que a saúde constitui uma das áreas mais sensíveis da função social do Estado. A CGTP-IN exige a suspensão do Estatuto do S.N.S., que visa a sua privatização. A CGTP-IN exige serviços de saúde mais eficientes, de maior qualidade e humanizados.

A garantia do direito à saúde passa pelo aumento das verbas atribuídas pelo Orçamento de Estado; pela redistribuição equitativa dos recursos humanos no território nacional; a avaliação e fiscalização permanente para garantir a qualidade e universalidade do sistema; uma nova política de medicamentos; a modernização dos serviços; uma gestão descentralizada e participada.

Neste findar de século a qualidade de vida é um grande desafio. Desde sempre, os trabalhadores inseriram as suas reivindicações laborais num quadro mais vasto integrando as "condições de vida" e as exigências de transformação global, reclamando uma sociedade mais justa.

Esta concepção não está ultrapassada. Pelo contrário, as conquistas sociais realizadas e os grandes avanços nos domínios da ciência e da tecnologia permitem corporizar anseios, aspirações e reivindicações a uma vida melhor. Por isso, a CGTP-IN defende:

- a aposta no ensino e educação, o que exige a sua democratização e qualidade, a interligação entre a formação e a valorização profissional e a certificação académica e a criação de condições para o acesso de trabalhadores ao ensino superior;

- a preservação do ambiente, atendendo aos graves riscos que enfrenta toda a humanidade devido à degradação do meio ambiente e aos poderosos interesses económicos continuam a inviabilizar uma acção eficaz;

- uma adequada política de transportes, que melhore a sua qualidade e reduza o tempo de deslocação para os empregos;

- o desenvolvimento das actividades de cultura e tempos livres

- a defesa dos consumidores, considerando o crescente grau de elaboração e de profusão dos bens no mercado, à falta de qualidade de muitos deles e mesmo aos riscos para a saúde que daí resultam;

- uma política de habitação, que ao menos possa minorar os graves problemas sociais que enfrenta uma parte significativa da população;

- uma adequada política de transportes, que melhore a sua qualidade e reduza o tempo de deslocação para os empregos;

- o desenvolvimento das actividades de cultura e tempos livres

CAPÍTULO IV

DESENVOLVER A ACÇÃO REIVINDICATIVA

— EIXO PRIORITÁRIO DA INTERVENÇÃO SINDICAL

A negociação colectiva e acção reivindicativa devem ter como primeiro objectivo a resolução dos problemas colectivos e individuais dos trabalhadores com o objectivo de melhorar a sua qualidade de vida. A negociação e a contratação colectiva são poderosos instrumentos de progressos sociais, já que a sua função essencial é a de fixar normas mais favoráveis que os municípios gerais fixados na legislação de trabalho ao estabelecer mais direitos dos trabalhadores. Constitui assim um meio de avanço na legislação de trabalho. Mas, é também um factor de resistência face a recuos nesta legislação.

A grande vitalidade da contratação colectiva, da negociação e da acção reivindicativa em geral é a participação directa dos trabalhadores na fixação das condições de prestação de trabalho que lhes dizem respeito. Os trabalhadores intervêm, propõem, negociam, lutam: são os protagonistas em questões que são fundamentais para o trabalho e para a sociedade.

Compreende-se assim a importância do direito de con-

tratação colectiva como direito fundamental dos trabalhadores - e compreendem-se também os vários meios que têm sido utilizados para cercear, limitar, restringir, ou neutralizar este direito fundamental.

Este, como todos os direitos, garante-se e reforça-se exercendo-o. Só o envolvimento e a participação dos trabalhadores poderão assegurar que as propostas contenham as reivindicações dos trabalhadores, que estes as sintam e as assumam como suas e se batam pelos objectivos nelas consagrados.

A participação e a negociação colectiva, a qualquer nível que se exerça, constitui um direito, constitucional e legalmente consagrado, de que os trabalhadores e os Sindicatos não abdicam. Não é aceitável a sua substituição pela mera audição formal, pelo recurso à arbitragem obrigatória, nem por encaenagens que apenas visem dar cobertura à situação de inúmeras empresas e locais de trabalho onde impera o poder patronal e se assiste à precarização do emprego, à negação dos direitos dos trabalhadores, a medidas discriminatórias contra os representantes dos trabalhadores.

CAPÍTULO V

POR UMA EUROPA PACÍFICA, DEMOCRÁTICA E SOLIDÁRIA

Não se alterou a análise da CGTP-IN acerca da natureza de classe que tem dominado a constituição da CEE, que corresponde ao desenvolvimento do sistema capitalista dos principais países da Europa ocidental.

A CGTP-IN considera que a União Económica e Monetária - UEM, não pode ser entendida como um fim em si mesma. A CGTP-IN só pode compreender uma UEM se esta for compatível com o desenvolvimento da dimensão social europeia que permita elevar o nível de vida, erradicar o desemprego massivo, estabilizar os preços e resolver os grandes problemas sociais, na perspectiva da coesão económica e social, no progresso e no respeito pelos direitos dos cidadãos e dos Estados.

A CGTP-IN considera que a extensão e aprofundamento do conceito de coesão económica e social na Comunidade Europeia é elemento importante para a promoção de desenvolvimento do país.

Reafirmando a importância do aumento dos fundos comunitários, a CGTP-IN considera, no entanto, que eles por si só não garantem a necessária modernização da vida económica e social do País. A CGTP-IN exige uma alteração da prática até agora utilizada na afectação e controlo dos fundos e reclama um amplo debate público sobre as linhas estratégicas da sua aplicação a nível nacional, regional e sectorial, de forma a garantir que eles venham a ter efeitos reais sobre a reestruturação e modernização do aparelho produtivo, a pôr fim a uma melhora da nossa economia baseada nos baixos salários, a melhorar o nível de formação e qualificação dos trabalhadores portugueses. Um debate que permita o controlo democrático da gestão dos fundos.

A CGTP-IN apreciou, em profundidade, o conteúdo do Tratado, de Maastricht, bem como o contexto em que ele se apresenta. Esta apreciação levou a CGTP-IN a exprimir as mais profundas reservas e preocupações que, no seu entender, exigiriam uma reponderação de todo o processo. Neste quadro, a CGTP-IN assumiu uma posição desfavorável à entrada em vigor do Tratado.

A CGTP-IN não partilha as teses catastrofistas, caso o processo político, económico e social europeu vier a inviabilizar a ratificação do Tratado de Maastricht. Todavia, não deixa de considerar importante a necessidade de um quadro institucional comunitário, regulador das inevitáveis perversões da dinâmica do Mercado Único, que impeça eventuais agravamentos dos factores de instabilidade e desagregação política, económica e social na Europa e assegure um clima de confiança e coesão interna, susceptíveis de garantir que a CE seja o núcleo impulsionador do desenvolvimento.

A CGTP-IN reclama que sejam abandonadas as políticas restritivas e monetaristas e entenda ser necessária uma estratégia de relançamento económico, designadamente através da redução coordenada das taxas de juro, a aplicação dos fundos aprovados em matéria de coesão, (Delors II) com aumento significativo dos Fundos para Infraestruturas, Educação, Formação e Ambiente, e ainda a implementação efectiva a nível nacional e comunitário da Carta Social dos Direitos dos Trabalhadores.

A CGTP-IN considera imperioso estimular um processo de democratização das instituições comunitárias.

1993
7º CONGRESSO
CGTP
INTER-SINDICAL NACIONAL

CAPÍTULO VI

A ACÇÃO DA CGTP-IN NO PLANO INTERNACIONAL

A CGTP-IN, na sua actividade internacional, procurará desenvolver o diálogo e a cooperação bilateral com todo o movimento sindical independentemente das suas concepções político-sindicais.

A actividade da CGTP-IN, no plano internacional, é gerida pelos mesmos princípios que orientam a sua acção no plano nacional e dirigida, fundamentalmente, para os seguintes objectivos:

- a conquista da paz mundial;
- a solidariedade para com os povos que lutam pela sua independência, soberania e integridade territorial;
- a aplicação integral da Carta Universal dos Direitos Humanos, incluindo o respeito pelos direitos e liberdades sindicais;
- o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional;
- o controlo da actividade das sociedades transnacionais multinacionais;
- a luta contra o nacionalismo, o racismo e a xenofobia.

Em 30 de Novembro de 1992, a CGTP-IN renovou o seu pedido de filiação na CES. Até à sua aceitação, a CGTP-IN continuará a assumir uma acção sindical reivindicativa, que a associe "de facto" à CES, na medida em que se baseie na defesa dos interesses comuns dos trabalhadores europeus, consubstanciados na coesão económica e social, na Carta Social e nas reivindicações sociais da CES, aprovadas no seu último congresso.

CAPÍTULO VII

A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES

A unidade na acção - a força dos trabalhadores, que constitui o lema da CGTP-IN, tem como fundamento essencial a unidade sindical dos trabalhadores, como consequência da sua identificação em torno de problemas, interesses e necessidades comuns.

A CGTP-IN e todas as suas estruturas, necessitam de ter uma actuação assente no princípio de que a CGTP-IN defende e pratica a unidade. Este princípio não pode ficar condicionado pela falta de disponibilidade recíproca por parte de outras organizações.

A análise e reflexão sobre as causas que influenciam e condicionam a unidade objectiva dos trabalhadores, terão de ter correspondência prática aos vários níveis da acção sindical;

- na definição dos problemas gerais e das necessidades e anseios de cada grupo ou sector específico de trabalhadores;
- na busca das formas de solidariedade entre todos os tra-

balhadores que ampliem e dinamizem a acção reivindicativa e as outras formas de intervenção sindical;

Em Portugal assiste-se hoje a dois fenómenos paralelos que se entrecruzam: por um lado, continua a verificar-se a emigração de portugueses para os países europeus e, por outro lado aumentou significativamente a imigração para Portugal, nomeadamente em proveniência dos países africanos de língua oficial portuguesa.

A liberdade de circulação na CE, assegurando-se os direitos cívicos, sociais e laborais (o que implica também o repúdio dos Acordos de Shenghen); o respeito pelas normas da segurança social e pela protecção social; o apoio financeiro aos órgãos de reinserção dos emigrantes; o aumento e melhoramento da rede consular; a desburocratização dos serviços mais utilizados pelos emigrantes; o reconhecimento nos países de acolhimento da formação profissional ministrada em Portugal; a protecção adequada dos emigrantes sazonais; o reconhecimento e apoio efectivo ao reagrupamento familiar; o apoio ao ensino e culturas portuguesas, são os problemas mais importantes com que os emigrantes se defrontam nos países europeus e que têm merecido a maior atenção da CGTP-IN.

No que respeita aos imigrantes em Portugal, a CGTP-IN: apoia o processo de legalização extraordinária de dezenas de milhares de imigrantes em situação irregular, exigindo simultaneamente o alargamento do seu prazo inicial; luta contra todas as formas de discriminação, quer salariais, quer a nível das condições de trabalho (horários de trabalho, condições de higiene e segurança no trabalho, etc.); apoia o financiamento de projectos dos organismos vocacionados para desenvolverem actividades de carácter social, cultural, formativo, ou outros que procurem salvaguardar a identidade das comunidades imigradas; combate vigorosamente todas as manifestações de racismo e xenofobia.

— no encontrar de soluções organizativas adequadas à diversidade das situações existentes nas empresas e no mundo laboral;

— no combater as diversas formas de precariedade no emprego e na luta pelo pleno emprego;

— na adequação dos métodos e formas de acção, intervenção e luta sindical às modificações, mentalidades e comportamentos dos trabalhadores;

— na maior atenção às reivindicações específicas dos quadros técnicos, procurando maior aproximação na acção e luta reivindicativa;

— na maior atenção às reivindicações específicas dos quadros técnicos, procurando maior aproximação na acção e luta reivindicativa;

— na acção ideológica, combaten-

do individualismo e o egoísmo e aprofundando os ideais de solidariedade e de justiça social, promovendo e defendendo os valores ideológicos das classes trabalhadoras;

— na defesa de uma vida digna para os reformados e camadas desfavorecidas da população.

O combate à divisão sindical tem que ser feito com determinação, não na base de *slogans* mas sim com acção prática, a partir dos locais de trabalho e em torno da resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, com posições mais dinâmicas e com um melhor trabalho ideológico, tendo presente que, em muitos casos, os trabalhadores só serão ganhos para as posições da CGTP-IN se se fizer uma aberta e objectiva confrontação de projectos.

O desenvolvimento da unidade na acção, por que a CGTP se bate, tem sido impedido, muitas vezes, pelas opções e práticas da UGT e suas estruturas.

A participação da CGTP-IN no Conselho Económico e Social e noutros órgãos, bipartidos ou tripartidos, no plano

nacional e internacional, tornou natural o relacionamento institucional com a UGT.

A procura de convergência e da unidade na acção conduziu a contactos e relações bilaterais, mesmo que pontualmente, com a UGT, de que resultaram posições de intervenção comuns, favoráveis à defesa dos trabalhadores.

Tendo presente o percurso, objectivos e práticas da UGT que, em muitos casos, temos de continuar a denunciar e combater, ela é uma realidade que tem de ser considerada para o desenvolvimento da acção sindical.

A CGTP-IN reafirma que, perante os graves problemas sociais com que hoje se debatem os trabalhadores e a complexidade da situação económica e política, há necessidade de serem aproveitados todos os momentos ou atitudes que possam contribuir para o desenvolvimento da luta, pelo que a CGTP-IN e as suas estruturas encontrarão formas de contacto, discussão e convergência na acção com todas as organizações sem qualquer discriminação no sentido de reforçar a dinâmica de massas e assegurar a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e da democracia.

CAPÍTULO VIII

REVITALIZAR A ORGANIZAÇÃO DA CGTP-IN A TODOS OS NÍVEIS

A CGTP-IN está, apesar das adversidades, profunda e extensamente implantada nos locais de trabalho, nos sectores e regiões, dotada de grande número de dirigentes e activistas, experimentados na luta e virados para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A manutenção e reforço da CGTP-IN, como a maior e mais influente organização social portuguesa, exige medidas no sentido de revitalizar a organização sindical, designadamente:

— **augmentar e rejuvenescer** o número de delegados, comissões sindicais e intersindicais, a exercer o seu papel de direcção no local de trabalho;

— desenvolver a solidariedade, a cooperação e a unidade na acção promovendo a aproximação à CGTP-IN dos sindicatos do MSU não filiados, estimulando a sua filiação na Central.

A filiação sindical do trabalhador é influenciada por condicionamentos de ordem económica, social, laboral, profissional, política e ideológica que envolvem o meio em que estes se inserem.

O factor determinante para a sua adesão ao sindicato será sempre a resposta aos seus problemas socioprofissionais e a percepção das vantagens que lhe advêm da actividade do sindicato, na melhoria de condições de vida e de trabalho; na aplicação e alargamento de direitos; na protecção e apoio individual e colectivo aos trabalhadores.

Tendo presente estas orientações, é necessário:

— **dinamizar a sindicalização** de todos os trabalhadores, estudando as melhores formas de o fazer e dando atenção aos jovens, aos trabalhadores com emprego precário e aos quadros técnicos.

— trabalhar na sindicalização, implantação e promoção do sindicato nas novas empresas, concentrações industriais e de serviços.

A eleição dos representantes para a segurança, higiene e saúde no trabalho dos trabalhadores, através do método de *hondt*, na base de candidaturas apresentadas pelas organizações sindicais ou 20 por cento dos trabalhadores da empresa, constitui novo e grande desafio organizativo para os sindicatos, nos tempos próximos.

Deve constituir objectivo da CGTP-IN eleger representantes dos trabalhadores em todas as empresas e de os ligar à organização e à acção sindical, numa perspectiva de reforço do sindicato no local de trabalho, o que impõe preparar em tempo útil candidaturas e organizar os processos eleitorais com prioridade para as de maior número de trabalhadores.

O exercício dos direitos sindicais é vital para assegurar a participação democrática e organizada dos trabalhadores na resolução dos seus problemas individuais e colectivos, nas lutas reivindicativas e para dar vida aos seus sindicatos.

A melhor forma de manter e alargar direitos é o seu exercício permanente. Assim é necessário:

— **conhecer plenamente e exercer** os direitos individuais e colectivos, lutando por eles sempre que necessário;

— **exigir a intervenção** da Inspecção de Trabalho em todas as violações que se verifiquem, reclamando ao mesmo tempo que se pronuncie em relação a elas.

Os trabalhadores têm absoluta necessidade de uma informação regular e atempada sobre os factores que

determinam a acção sindical, sobre o seu desenvolvimento e sobre os aspectos gerais da vida dos sindicatos.

Por outro lado, a organização sindical tem de saber penetrar na comunicação social nacional em geral (RTP, Rádio, Imprensa), imprensa regional e rádios locais, e também tratar e utilizar eficiente e eficazmente os seus próprios meios e direitos neste domínio.

Assumindo estas necessidades, os sindicatos devem:

— assegurar a informação oral, em plénários ou trabalhador a trabalhador na empresa ou tendo presente que essa

continua a ser um dos mais poderosos meios de informação, de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores;

— garantir a distribuição sistemática, empresa a empresa, trabalhador a trabalhador, dos comunicados, folhetos, jornais, cartazes e outra informação sindical, e conseguir a rapidez na sua circulação com vista à sua máxima eficácia.

A formação sindical é necessária a todos os níveis para dinamizar uma efectiva política de quadros, tendo em conta as suas características pessoais e as condições em que se encontram inseridos no movimento sindical.

OS PRINCÍPIOS PROGRAMÁTICOS DA CGTP-IN

A CGTP-IN assume-se como uma organização sindical de classe, fiel às suas raízes históricas e coerente com a experiência, herança e objectivos de luta dos trabalhadores de todo o mundo.

Da natureza de classe da CGTP-IN resulta um conjunto de princípios, indissociáveis e interdependentes, que orien-

tam e caracterizam as suas opções, tanto no plano da definição das suas reivindicações e objectivos programáticos, como na definição das suas formas de acção e de luta, como ainda no modo como se estrutura e organiza, e que são: a unidade, a solidariedade, a democracia, a independência, o sindicalismo de massas.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1992
O Conselho Nacional da CGTP-IN

AOS JOVENS TRABALHADORES

A luta do movimento sindical é uma luta no presente mas é também uma luta pelo futuro. Ao garantir os direitos de hoje, estamos a abrir caminho para a sua aplicação no futuro. Ao lutar pela qualidade de vida, estamos a contribuir para um amanhã melhor, em que seja possível realizarmo-nos pelo trabalho e no trabalho.

É decisiva a importância dos sindicatos na sociedade democrática, justa e livre que queremos construir.

Ao aderir e ao participar plenamente no movimento sindical, os jovens demonstram a sua vontade e empenho e trazem consigo o entusiasmo e a força que os anima, participando desta forma no rejuvenescimento da CGTP-IN.